

# NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 1 / ABRIL '93 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN 0872-4733

**J. J. TEIXEIRA RIBEIRO** A TRIBUTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

**MICHEL AGLIETTA** FINANCIAL GLOBALIZATION

**ALFREDO MARQUES** INCENTIVOS REGIONAIS E COESÃO

**A. J. MARQUES MENDES** THE FUTURE ENLARGEMENT(S) OF THE EEC

**JOÃO SOUSA ANDRADE** A ECONOMIA PORTUGUESA E A UEM

**PEDRO LOPES FERREIRA** AN USE OF THE MULTIATTRIBUTE UTILITY THEORY

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



comunicação e o trabalho de grupo. O aumento da cooperação na empresa passa por um achatamento da pirâmide hierárquica e pela simplificação dos sistemas de gestão (veja-se o exemplo em que os americanos desenvolveram o *just in time* e os japoneses o *kanban*). A cooperação vertical (com os fornecedores) e horizontal (nomeadamente com o Governo) é muito fraca, relativamente aos outros países industrializados.

Por fim, a comissão refere o facto de a indústria e o Governo preconizarem políticas diferentes. Nuns casos, este intervém demais, noutros, de menos. A indústria de electrodomésticos foi afectada em parte por políticas de tarifas, de quotas, *anti-dumping* e *anti-trust*. Similarmente, a indústria têxtil americana e europeia foi protegida por quotas de países terceiros. Outro exemplo, será o das infraestruturas tecnológicas. Também aqui a indústria americana perde para a europeia e para a japonesa.

Com base nestas conclusões, é proposta uma estratégia para a indústria, para os recursos humanos, para o governo e para a educação, com o fim de incrementar substancialmente o desempenho da indústria americana.

Relativamente às indústrias, essa estratégia aposta no processo produtivo com o objectivo de melhorar a produtividade a longo prazo, na alta qualidade dos produtos, num desenvolvimento do controlo de qualidade, na criação de mais linhas de produtos, em processos produtivos mais flexíveis, num maior envolvimento do trabalhador na empresa (maior responsabilidade e experiência, e aligeiramento das estruturas hierárquicas), no incremento da cooperação e na adopção de práticas industriais viradas para o mercado mundial.

Relativamente aos recursos humanos, a estratégia aposta num aumento da cooperação laboral e na criação práticas que promovam os interesses de longo prazo dos trabalhadores e da empresa.

A estratégia governamental assenta na adopção de políticas macroeconómicas que reduzam o custo do capital (aumento da poupança e redução do défice orçamental), no levantamento das restrições comerciais, na adopção de novos programas de educação e na introdução da formação profissional, na promoção da investigação fundamental para o desenvolvimento do processo produtivo, na introdução de infraestruturas tecnológicas nacionais e no aumento da eficiência da investigação militar.

Quanto ao sistema educativo, a estratégia prevê uma reforma que possibilite a adopção da nova mentalidade industrial.

Carlos Carreira

### Christian Stoffaës (1991)

***A Crise da Economia Mundial***, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Coleção Nova Enciclopédia, 8, 442 pp. (Trad. de Miguel Serras Pereira e João Faria). Edição original: *Fins des mondes*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1987.

Instabilidade no mercado financeiro, flutuação cambial, queda do preço das matérias-primas, Terceiro Mundo, desequilíbrios macroeconómicos mundiais, endividamentos nacionais, desemprego... O que é que explica este período de estagnação que se vive há já quinze anos, depois de trinta anos de crescimento e desenvolvimento contínuos? Será uma crise de ideologia e política económicas? Ou antes uma crise das estruturas industriais?

Stoffaës, em *A Crise da Economia Mundial*, pretende exactamente fornecer as pistas que facilitem a compreensão da crise contemporânea. Para o autor, o factor determinante da situação actual é a confluência de uma crise do pensamento económico e uma crise do sistema industrial. Partindo desta interpretação, o livro examina sucessivamente as origens destas crises. Recolhe os elementos explicativos não só nas características da situação económica e industrial presente, mas também numa análise epistemológica da ciência económica e num estudo retrospectivo do sistema industrial mundial.

A crise da ciência económica revela-se de várias formas: as previsões perdem credibilidade, os modelos económicos deixam de funcionar, várias experiências de políticas económicas são tentadas sem êxito. As dificuldades não aparecem, no entanto, só na previsão e na acção, surgem também com a interpretação dos problemas económicos.

Keynes gerou consenso entre os políticos até aos anos 70. As despesas do Estado cresceram substancialmente; o Estado-Providência instalou-se; o combate ao desemprego era o grande desafio dos governos; vivia-se a época dos grandes agregados macroeconómicos. O colapso do sistema de Bretton Woods, os choques petrolíferos, o aumento da inflação levaram a alterações profundas das políticas económicas. Chegou a época das correntes monetaristas, do neoliberalismo, da *supply-side economics*, de Thatcher, de Reagan. A taxa de juro deixou de ser um objectivo de política monetária; o crescimento e o emprego foram preteridos em favor do combate à inflação; o papel de regulador da conjuntura deixa de ser atribuído ao Estado, os agentes

económicos até são “racionais”, visionando e impedindo todas as políticas económicas governamentais; o imposto excessivo passa a “matar o imposto”, os mecanismos do mercado são suficientes para assegurar o crescimento regular das economias. No entanto, os resultados económicos não são concludentes. Houve algum êxito com a inflação, mas o desemprego e as desigualdades sociais acentuaram-se.

Para a descoberta da origem desta crise, Stoffsæes questiona a própria ciência económica pelo facto de “ser ao mesmo tempo a mais humana das ciências exactas e a mais exacta das ciências sociais” (Stoffsæes, 1991: 253). Tendo esta natureza, a economia é abalada pelas crises próprias das outras ciências e, pelo facto de pretender interferir na organização da sociedade, corre o risco de se transformar em ideologia e, como tal, em instrumento de propaganda e poder. A análise da evolução do pensamento económico permite retirar adicionalmente um aspecto explicativo importante: o facto de esta evolução se processar através de um movimento sucessivo de doutrinas que, embora com preponderâncias diferentes podem coexistir em determinada época, permitem várias leituras da realidade.

De acordo com a outra visão da crise contemporânea, a que resulta da análise da tese da mutação das estruturas industriais, a crise surgiu devido a uma ruptura no sistema industrial mundial, tal como as que se têm verificado regularmente desde a primeira Revolução Industrial. É concretamente nos finais dos anos 60 que começam a desagregar-se as estruturas industriais criadas depois da segunda guerra mundial. A produtividade começou por estagnar, o crescimento e o emprego começaram a declinar. As políticas de regulação da conjuntura deixaram de funcionar, a hierarquia económica das nações destabilizou-se — os EUA dividiram a liderança industrial com o Japão e alguns países europeus, e novos países industriais surgiram. Entretanto, as mudanças começam, também, a revelar-se: surgem novos sectores, descobrem-se novos mercados, aparecem outros tipos de consumidores, estabelecem-se novas formas de organização do trabalho, desenvolvem-se novas zonas industriais periféricas e semi-periféricas.

Para fundamentar esta tese, Stoffsæes recorre à escola dos ciclos da história económica. As guerras e o ouro parecem não explicar o ciclo longo coincidente com o período que medeia entre o fim da segunda guerra e os anos 70. Já uma explicação convincente é a que se baseia nas vagas de inovação tecnológica, representando cada inovação um ciclo tecnológico que gera flutuações dos elementos determinantes de um

sistema industrial: as infra-estruturas, a demografia, os recursos em matérias-primas, a organização industrial e a posição económica das nações. Segundo esta concepção de crescimento económico, o estado do tecido económico contemporâneo é o resultado de vagas tecnológicas que se vão acumulando com o tempo.

Que ligações existem entre estas duas formas de compreensão da crise actual? Stoffsæes descobre nas políticas keynesianas a justificação para o esgotamento das estruturas industriais. As nacionalizações e os auxílios governamentais, dirigidos a determinados sectores — tradicionais —, impediram a reorientação da actividade económica para sectores inovadores. Embora a ruptura do crescimento da indústria mundial se tenha processado por volta de 1967, foi só nos finais dos anos 70 que a crise estalou, precisamente quando os métodos da teoria keynesiana deixaram de se aplicar. A leitura inversa pode, no entanto, fazer-se e, nesse caso, as políticas económicas deixaram de funcionar concretamente pelo facto de as estruturas industriais serem incapazes de dar resposta a novos estímulos.

Crise(s) do pensamento económico. Crise(s) das estruturas industriais. Complementaridade entre elas. “Estará a crise inscrita nos cromossomas do sistema económico?” (Stoffsæes, 1991: 26), pergunta-se nesta obra. Stoffsæes acredita que sim, surgindo claramente como um adepto de Schumpeter e da teoria do ciclo económico.

Stoffsæes, sem uma resposta concreta quanto à natureza da crise contemporânea, defende, como saída, a realização simultânea de uma revolução intelectual e de uma revolução industrial. É claro, para o autor, a queda definitiva das teorias keynesianas. Considera o monetarismo e o liberalismo capazes de conceder a flexibilidade suficiente para a concretização da revolução industrial. Só a desregulamentação e menos Estado, mas melhor Estado, conseguem libertar as empresas e incentivá-las a inovar e a criar empregos, mas, como reconhece Stoffsæes, isso não basta. É necessário, antes de mais, fazer novas leituras do presente para “redescobrirmos o sentido do tempo” (Stoffsæes, 1991: 418) e esta tarefa passa pelo reforço da importância da componente ciências humanas na ciência económica.

Os elementos de solução da crise, defendidos por Stoffsæes, têm-se mostrado, no entanto, inconciliáveis nos últimos anos. Os resultados das políticas liberais revelam-se desanimadores do ponto de vista social: o desemprego aumentou, a precaridade do trabalho acentuou-se e desenvolveu-se um processo de marginalização social de determinados grupos da





sociedade que adicionalmente criou ondas de racismo e xenofobia. A opção actual de alguns governantes parece clara: retomar as políticas keynesianas.

Margarida Antunes

#### Michel Albert (1992)

**Capitalismo contra Capitalismo**, Lisboa, Livros do Brasil, Coleção Vida e Cultura, 315 pp. (Trad. de João Costa). Edição original: *Capitalisme contre capitalisme*, Paris, Editions du Seuil, 1991.

Os "Trinta Anos Gloriosos" não foram ainda esquecidos, nem tão-pouco as grandes conquistas que eles permitiram. Concretizaram-se grandes expectativas económicas, fundamentais à condição humana, nomeadamente quanto à fome, ao nível e à qualidade de vida, à saúde, à educação, ao acesso à cultura, à duração e às condições de trabalho, ao desemprego e, sobretudo, à redução das desigualdades sociais. Hoje, porém, a par de uma confiança cada vez mais forte no sistema capitalista, assiste-se ao desvanecer destas conquistas e ao reaparecimento de problemas supostamente em vias de extinção<sup>1</sup>. Estamos perante um paradoxo para o qual, segundo Michel Albert, muito terá contribuído a vitória do capitalismo em três frentes: a subida ao poder de Reagan e de Thatcher, a queda do muro de Berlim e a vitória das forças aliadas na guerra do Golfo.

O capitalismo aparece, assim, como um sistema económico triunfante sem qualquer concorrente num mercado que se pretendia concorrencial e que, por essa razão, "perdeu o seu próprio espelho e os seus *faire-valoir*" (Albert, 1992: 11). O autor questiona a sobrevivência do sistema capitalista quando analisa os problemas com que ele se depara e as respostas que têm sido dadas para resolver as questões práticas e objectivas que ameaçam a estabilidade ou podem destruir aquilo a que Schumpeter chamou "ordem capitalista" "*by undermining the social positions on which the 'order' rests*"<sup>2</sup>.

Para Michel Albert, a questão centra-se nos "dois grandes modelos que se defrontam: o *capitalismo contra o capitalismo*" (Albert, 1992: 12), e que genericamente poderiam caracterizar-se do seguinte modo: um adopta uma política de anti-intervencionismo estatal que, ao desregular o mercado, leva a que a selecção se faça com base no poder dos mais fortes, ou seja, uma espécie de darwinismo social em que se fomenta o êxito individual e a preocupação exclusiva pelo curto prazo; o outro, com o argumento de que o mercado também falha, não só defende a intervenção do Estado como forma de manter a estabilidade da

<sup>1</sup> Aliás, já Fourastié o tinha escrito em 1982, numa edição revista de "La civilisation de 2001".

<sup>2</sup> Schumpeter, Joseph A. (1928) The instability of capitalism, *Economic Journal*, vol. 38, 151, 361-386.